

Desigualdade global

Por que precisamos de um imposto global sobre renda e patrimônio

Thomas Piketty

MAIO 2014

- A distribuição de renda e riqueza representa uma das questões mais controvertidas da atualidade. A história ensina que forças econômicas poderosas pressionam em todas as direções, uma em direção a mais equidade, outra na direção oposta. Qual será vitoriosa depende das decisões políticas que tomamos.

O melhor exemplo desta situação são os Estados Unidos, fundados como antítese da sociedade patrimonial da velha Europa. O historiador Alexis de Tocqueville considerava a América uma região com terras em abundância onde todo mundo poderia ter propriedade e de tal forma prosperaria uma democracia de cidadãos iguais. Até a primeira guerra mundial, a concentração de bem-estar nas mãos dos ricos era muito menos pronunciada nos Estados Unidos do que na Europa. Porém, no século 20 esta situação seria invertida. Entre 1914 e 1945, a guerra, inflação, nacionalização e tributação obliteraram as desigualdades nas relações de propriedade na Europa. Na esteira desta experiência, os países europeus criaram instituições que, mesmo com todas suas falhas, são estruturalmente mais igualitárias e inclusivas do que as existentes nos Estados Unidos.

O experimento dos EUA com impostos elevados

Por ironia, muitas destas instituições foram inspiradas por exemplos americanos. Entre os anos 1930 e o início dos anos 1980, a Grã Bretanha preservou uma distribuição de renda equilibrada, o que foi conseguido com forte elevação das alíquotas para receitas consideradas indecentemente altas.

O conceito de um imposto de renda confiscatório foi de fato uma invenção norte americana. O imposto foi desenvolvido nos anos entre as duas guerras mundiais, em uma época em que o país estava determinado a evitar as disparidades desfigurantes da Europa dividida em classes. O experimento norte americano com impostos elevados não prejudicou o crescimento econômico de manei-



ra nenhuma. Na verdade, naquela época, até estava acima do crescimento registrado desde os anos 1980. Trata-se de uma ideia que merece ser ressuscitada, em especial, no país em que originalmente fora concebida.

Os Estados Unidos também foram os primeiros a desenvolver uma educação escolar em massa, alcançando, no início do século 19, uma alfabetização praticamente universal, pelo menos entre a população masculina branca. A Europa levou quase 100 anos a mais para conseguir a mesma conquista.

Porém, aqui vale mais uma vez: Hoje em dia, a Europa é mais inclusiva. É verdade que muitas das universidades de maior destaque no mundo encontram-se nos Estados Unidos, mas a Europa sai-se melhor na produção de universidades sólidas de ranking intermediário. Segundo o ranking de Shanghai, 53 das 100 melhores universidades do mundo estão localizadas nos Estados Unidos e apenas 31 na Europa. Porém, se forem analisadas as 500 universidades de ponta, esta relação é invertida: 202 estão na Europa contra 150 nos Estados Unidos.

A retórica não está em linha com os fatos

As virtudes das meritocracias nacionais são sempre alardeadas, mas não importa se é na França ou na América ou em outra região, esta retórica raramente coincide com os fatos. Com frequência, serve apenas para legitimar as desigualdades existentes. O acesso às universidades norte americanas – um sistema universitário que no passado era o mais aberto do mundo – ficou extremamente desigual.

O estabelecimento de um sistema de ensino superior, que de fato consiga unir eficiência e igualdade de oportunidades, constitui um desafio para todos os países hoje. A universalização da educação é importante, mas por si só não garante uma distribuição justa da renda e do bem-estar. As desigualdades com relação à renda ficaram muito mais acirradas nos Estados Unidos a partir dos 1980, em geral, refletem as receitas gigantescas das pessoas no topo

da pirâmide. Por que? Será que a categoria dos gerentes conseguiu mesmo desenvolver suas capacidades tanto mais que todas as demais pessoas? Claro, em qualquer grande organização é difícil atribuir um valor ao trabalho dos colaboradores individuais. Porém outra hipótese pode ser melhor fundamentada por fatos: em geral, os altos executivos têm o privilégio de determinar o seu próprio salário.

Mesmo se a desigualdade salarial pudesse ser controlada, a história aponta para outra força ominosa que tende a ampliar diferenças inicialmente modestas até atingirem níveis extremos. Tal acontece, quando os rendimentos dos donos do capital crescem mais rapidamente que a economia em geral. Neste caso, os capitalistas auferem uma parcela cada vez maior dos lucros, em detrimento das classes médias e baixas.

Foi assim que a desigualdade se agravou no século 19, pois os rendimentos do capital excediam o crescimento econômico. Estas condições podem repetir-se no século 21. O ranking de bilionários da revista Forbes indica que o grupo das pessoas mais ricas do mundo cresceu três vezes mais rápido do que a economia mundial entre 1987 e 2013.

A solução ideal para este problema seria um imposto progressivo mundial sobre patrimônios privados. Aqueles que estão apenas começando, não teriam de pagar muito enquanto aqueles que têm bilhões pagariam taxas salgadas. Esta abordagem manteria as desigualdades sob controle e facilitaria a ascensão financeira individual. Além disso, a dinâmica da riqueza global ficaria sujeita ao controle público. A falta de transparência financeira e de estatísticas confiáveis sobre a riqueza global representa um dos principais desafios das democracias modernas.

É claro que existem alternativas. Mesmo a China e a Rússia têm de lidar com suas oligarquias abastadas e fazem isso com seus instrumentos que lhe são bem próprios: controle de capitais e celas na prisão cujas paredes nuas subjugam mesmo os oligarcas mais ambicionados. Contudo, para os países que preferem o estado de direito e uma ordem econômica



internacional seria melhor apostar em um imposto global para os mais ricos.

A inflação é outra solução potencial. No passado contribuiu para aliviar a carga da dívida pública, mas como subproduto temos a corrosão das aplicações na poupança da população em geral. Um imposto sobre grandes fortunas parece-nos certamente preferível.

Um imposto mundial para os mais ricos requer cooperação internacional, o que é difícil mas viável.

Um registro global de ativos financeiros estaria ao nosso alcance, se os Estados Unidos e a União Europeia, cada um responsável por um quarto da produção mundial, falassem com uma só voz. Neste caso, simplesmente haveria a imposição de sanções para os paraísos fiscais que recusarem a cooperação. Caso isto não aconteça, é provável que muitos se oponham à globalização. Se um belo dia estas pessoas encontrarem uma voz comum, fariam uso de mantras há tempos esquecidos e falariam de nacionalismo e isolamento econômica.



Sobre o autor

Dr. Thomas Piketty é professor de economia na *Paris School of Economics* e na EHESS em Paris. Publicou numerosos artigos em revistas especializadas de renome internacional e uma dúzia de livros. Thomas Piketty é conhecido pelo seu trabalho sobre “Desigualdades” e “A evolução das maiores rendas” no âmbito do qual está criando uma base de dados a “World Top Incomes Database”. Seu livro mais recente “*Capital in the 21st*

Century” (O capital no século 21) é considerado um dos trabalhos econômicos de maior impacto na atualidade.

Publicado em 5 de maio de 2014 em <http://www.ipg-journal.de/kommentar/artikel/globale-ungleichheit-376/>.

O presente texto é uma versão ligeiramente resumida da contribuição: “*Why A Global Wealth Tax Would Help Address Inequality*”, publicado em inglês nas revistas “*Social Europe Journal*” e “*Financial Times*”.

Impressão

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

Av. Paulista, 2011

13° andar, conj. 1313 - 01311 -931

São Paulo | SP | Brasil

Responsável

Yesko Quiroga e Jean Tible

(fesbrasil@fes.org.br)

www.fes.org.br

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.

O uso comercial dos meios publicados pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) não é permitido sem a autorização por escrito da FES.

ISBN 978-85-99138-38-0



9 788599 138380